



Lançamento do Caderno “Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2010”





Aconteceu no dia 02 de maio de 2011, às 15h, no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa de Goiás lançamento em Audiência Pública da terceira edição da publicação nacional do Caderno “Realidade e Conflitos no Campo : Goiás 2010”, organizado pela Coordenação Colegiada da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional Goiás. A referida Audiência foi uma iniciativa da CPT regional Goiás, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem. A publicação é direcionada ao mapeamento, denúncia e combate à exploração, trabalho escravo, violência e opressão no Campo.

A audiência pública iniciou-se com a composição da mesa, pelo Deputado Estadual Mauro Rubem; Antônio Carlos Cavalcante, Promotor regional do Trabalho; Milton Rainer, representante da FETAEG; Laydes Seabra, assessora de Relações Públicas e representante do Prefeito Paulo Garcia (PT); Dom Tomás Balduino, Conselheiro da CPT; Adegmar José Ferreira, Juiz da 10ª Vara Criminal; José Valdir Misnerovicz, representante da Via Campesina.





O Deputado Estadual Mauro Rubem destacou o projeto de Lei de sua autoria que objetiva estabelecer a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, com pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos e dá outras providências.

Milton Rainer, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) ressaltou o antagonismo entre a modernização no campo e a precariedade do trabalho, enquanto Goiás se desenvolve, a estrutura fiscal fica aquém do modelo de desenvolvimento almejado.



José Valdir Misnerovicz, representante da Via Campesina, uma organização internacional de camponeses com o objetivo de defender os interesses desse segmento. Introduziu aos participantes o conceito de Reforma Agrária Integral, desenvolvido pela Via Campesina, sendo “uma Reforma Agrária genuína e integral,



que incorpore uma “cosmo visão” entre o espaço, o território, a água e a biodiversidade. Uma Reforma Agrária que comece por um amplo processo de distribuição da propriedade da terra. Ressaltou que a posse e uso da terra devem estar subordinados ao princípio de que só tem direito à terra, quem nela trabalha, depende dela e nela reside com sua família.” (Fausto Tórrez, dirigente da Campanha Global pela Reforma Agrária Via Campesina) .

Em seguida, Aderson Liberato Gouvêa, Coordenador da CPT regional Goiás, iniciou a apresentação do caderno “Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2010”, que tem como objetivo registrar e publicizar os conflitos por terra em Goiás, bem como publicizar os dados referentes a conflitos por terra, trabalho análogo à escravidão, entre outros.

Dom Tomás Balduino, Conselheiro da CPT, retoma ao conceito de Reforma Agrária Integral, como sendo uma “ressignificação da Reforma Agrária”, que seja mais abrangente, incluindo desde o seringueiro até os indígenas. Demonstrou receio em relação à implantação de indústrias chinesas no norte de Goiás, uma vez que, notadamente não há respeito aos Direitos Humanos pelo Governo Chinês.

Antônio Carlos, Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), faz um paralelo entre combater e erradicar o trabalho análogo à escravidão, sendo que “combater” implica em uma luta, não necessariamente vitoriosa. Questionou a não aprovação da PEC 438/2001, que prevê o confisco de terras onde for constatada a exploração de trabalho escravo e apresentou dados de 2010 referentes ao resgate de trabalhadores explorados. Inclusive informou que o maior percentual dos trabalhadores resgatados é proveniente da construção civil.

Posteriormente, expandiu-se o debate ao público. Zelito Ferreira, coordenador do Movimento Terra Livre, problematizou acerca da terceirização que, rotineiramente, é usada como desculpa para o desconhecimento da exploração do trabalhador e parabenizou o Dep. Est. Mauro Rubem pelo projeto de Lei.



O Dep. Est. Mauro Rubem, então, pronunciou alguns encaminhamentos retirados desta Audiência Pública: Implementar o fundo de apoio de assistência social para trabalhadores do setor sucroalcooleiro, difundir e aperfeiçoar o Projeto de Lei, promover reunião com as instituições que são responsáveis pelo cadastro da “Lista Suja”, solicitar que os grandes financiadores públicos prestem esclarecimentos, levar o debate sobre conflitos por terra para o meio acadêmico e promover estudo sobre o “Projeto China”, acerca do trabalho degradante.



Finalizando o debate, o coordenador regional da CPT, Aderson Liberato agradeceu a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, presidida pelo Dep. Est. Mauro Rubem, pela colaboração e realização desta Audiência Pública.